



Prefeitura Municipal de Birigui
Estado de São Paulo
CNPJ 46.151.718/0001-80

MANIFESTAÇÃO A RECURSO

Concorrência Eletrônica nº 03/2024

De acordo:

Prefeito

O Agente de Contratação e sua equipe de apoio, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, levar a Vosso conhecimento o(s) Recurso(s) Administrativo(s) referente(s) à fase de habilitação, interposto(s) pela(s) Empresa(s) **A. R DE CAMPOS LTDA**, relativo(s) à licitação realizada na modalidade numerada em epígrafe, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para obra de EXECUÇÃO DE TRECHO DE EMISSÁRIO DO BAIXOTES – 4ª ETAPA - BIRIGUI/SP, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, conforme memoriais descritivos, memorial de cálculo, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros e projetos fornecidos pela Secretaria de Meio Ambiente.

Em sessão pública realizada através da plataforma eletrônica “BLL Compras”, após etapa de lances e, diligência efetuada para a suposta vencedora do certame, apresentar prova de exequibilidade de sua proposta, e análise da documentação de habilitação, sagrou-se provisoriamente vencedora a empresa VINÍCIUS NOGUEIRA FABRÍCIO - ME. Em ato contínuo, abriu-se prazo para a manifestação de intenção recursal, oportunidade na qual a empresa A. R. DE CAMPOS LTDA., manifestou sua intenção.

Outrossim, o prazo de 03(três) dias úteis para a apresentação dos memoriais fora concedido, tendo a empresa A. R. DE CAMPOS LTDA apresentado suas razões de recurso tempestivamente,

8

alegando que: “o objeto licitatório está totalmente em descompasso com o CNAE apresentado pela licitante, o que afronta o determinado no Edital Licitatório 4, 10.7.2.1, 10.7.2.2 e a Lei 14.133/21 art. 66 e art. 68, bem como o descumprimento da legislação sobre o salário-mínimo profissional perante o CREA”

Oportunamente, transcorrido o prazo para apresentação de razões de recurso, fora concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de contrarrazões, tendo a empresa VINÍCIUS NOGUEIRA FABRÍCIO – ME. manifestado a respeito, tempestivamente, defendendo sobre a incompatibilidade de atividades, em síntese que *“considerando-se o atestado de execução para comprovação técnica apresentado, que denota realização de serviço similar / idêntico com complexidade superior ao exigido no certame”,* e no que concerne ao piso da categoria, em síntese que *“vale ressaltar que o tópico é um nada jurídico, de modo que quaisquer negócios ou relacionamentos jurídicos particulares, desta licitante, que não citados no edital ou na Lei 14.133/21 como óbices para participar da licitação, não podem dar causa à inabilitação ou desclassificação, haja vista os princípios constitucionais da pessoalidade e da legalidade”* e ainda *“os valores previstos no contrato de prestação de serviços referem-se, conforme bem delineado no contrato, a uma carga horário parcial. Sendo lícito aos particulares se organizarem da melhor forma que lhes convém, ademais, não tem como a recorrente afirmar que o engenheiro auferir valor inferior ao mínimo, haja vista ser possível a existência de múltiplos contratos, de prestação de serviços ou parcerias”.*

É o relatório.

Em sede das razões recursais e contrarrazões, as empresas apresentaram seus memoriais tempestivamente, restando a este Agente de Contratação nomeado através da Portaria nº 47 de 07 de maio de 2024, dar o devido recebimento e prosseguir com o julgamento.

8

Pois bem.

O agente de contratação ao proferir suas decisões respeita não apenas o princípio de vinculação ao Edital, mas também os demais princípios que norteiam os procedimentos licitatórios, entre os quais, os da legalidade, da vinculação ao edital, segurança jurídica, isonomia e ampla concorrência, bem como selecionar a proposta mais vantajosa.

Compete ao Agente de Contratação, meramente a formalidade de tramitar todo o processo administrativo da licitação, tendo suas decisões embasadas nas documentações trazidas aos autos, bem como deliberações dos responsáveis técnicos, como o caso.

I – VIOLAÇÃO AOS ITENS 4, 10.7.2 E 10.7.2.2 DO EDITAL E APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO (ITEM 10.7.1.1) COM OBJETO SOCIAL DIVERGENTES COM AS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO LICITADO

Em que pese as alegações e pedido de inabilitação formulado pela empresa A. R. DE CAMPOS, novamente a Secretaria fora devidamente oficiada a se manifestar aos apontamentos e razões trazidas por aquela, e em seu entender, proferiu através do Ofício nº 036/2.024 - GOFS o seguinte:

[...] dentre as atividades econômicas relacionadas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da empresa Vinícius Nogueira Fabrício, há “Construção de rodovias e ferrovias”, tipo de obra que geralmente contempla, entre os serviços de drenagem, a execução de galerias de águas pluviais, onde, no nosso

8

entendimento, **enquadra-se como serviço similar ao objeto do certame**
(grifo nosso)

Inobstante a manifestação acima, o Tribunal de Contas da União já se manifestou quanto a não possibilidade de exclusão de empresa apenas por não possuir CNAE específico do objeto licitado, qual trouxemos ao presente julgamento:

De fato, não está expressamente consignado no contrato social o serviço de transporte de pessoas almejado pela CNEN. Porém, constam dos autos três atestados de capacidade técnica apresentados pela Egel que comprovam a prestação dos serviços desejados para três distintas pessoas jurídicas de direito público. (fls. 90, 99 e 100). **Se uma empresa apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, não seria razoável exigir que ela tenha detalhado o seu objeto social a ponto de prever expressamente todas as sub atividades complementares à atividade principal.**” (Acórdão nº 571/2006 – 2ª Câmara) (grifo nosso)

Deste modo, entende o Egrégio Tribunal de Contas da União que a mera inabilitação pelo fato alegado da ora recorrente feriria o próprio caráter competitivo de uma licitação.



Empresas não podem ser atadas somente às atividades expressamente previstas em seu cartão CNPJ e/ou Contrato Social.

Os requisitos de habilitação previstos no art. 62 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21 não exigem habilitação pautada nos códigos da CNAE, ou que o objeto social da empresa seja idêntico ao objeto da licitação, se limitando as exigências em jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista, e, econômico-financeira.

Ainda, levantou a recorrida, doutrina do renomado jurista e doutrinador Marçal Justen Filho:

"(...) se uma pessoa jurídica apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, a ausência de previsão expressa desta mesma atividade em seu contrato social não pode ser empecilho a sua habilitação". (em Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 553)

O próprio texto da Lei traz que a habilitação apenas visa a demonstração da capacidade da licitante vencedora em exercer direitos e assumir obrigações (artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021).

Por fim, a empresa provisoriamente tida como vencedora apresentou, quando solicitado, toda a documentação exigida no Instrumento Convocatório, inclusive àquelas descritas na cláusula 10.7.4, qual versa sobre qualificação técnica, sendo devidamente analisada pela representante da Secretaria requisitante e entendedora técnica da pasta, bem



como do consultor e representante da empresa PLANCO PLANEJAMENTO, ACROPECUÁRIA E SANEAMENTO LTDA., restando aprovadas.

Dentre a documentação de qualificação acima mencionada, consta a exigência de comprovação de aptidão Técnico-Profissional, cujo teor, in verbis, traz: “*Comprovação de aptidão Técnico-Profissional nos termos do inciso I, Art. 67, da Lei Federal nº 14.133/21, de que a empresa possui profissional(is) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade(s) técnica(s), execução de obras e serviços similares/semelhantes ao objeto licitado, que operem Sistemas de Esgotamento Sanitário*” (grifo nosso).

Durante sessão pública, a própria entendedora técnica desta Prefeitura, devidamente auxiliada pelo consultor da Secretaria de Meio Ambiente, analisou e aprovou a aptidão da empresa em executar os serviços ora licitados através dos acervos apresentados, entendendo este Agente de forma lógica pela habilitação daquela.

Resta, portanto, a obrigatoriedade da decisão proferida por este agente de contratação, ser mantida em habilitar e declarar vencedora do certame a empresa VINÍCIUS NOGUEIRA FABRÍCIO – ME.

II - IRREGULARIDADE PERANTE O CREA – SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

Ao que tange a alegação trazida pela recorrente no presente tópico, suas razões serão analisadas e julgadas nos termos que seguem.

O Edital traz em seu bojo única e exclusivamente a exigência de comprovação de inscrição no conselho competente a que se refere o ramo de atividade da licitação, tal qual transcrito abaixo:



10.7.4.1. Prova de Registro ou inscrição junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, ou CFT/CRT – Conselho Federal dos Técnicos Industriais/Conselho Regional dos Técnicos Industriais, da empresa e de seus responsáveis técnicos em vigor.

Nos termos do princípio basilar da vinculação ao instrumento convocatório, a empresa recorrida comprovou sua inscrição, qual foi verificada, analisada e aprovada pelos representantes requisitantes presentes.

O mesmo foi aferido quanto a exigência da Cláusula 10.7.4.2.1, qual trouxe aos autos comprovação de vínculo profissional dos responsáveis técnicos da empresa, através do Contrato de um dos profissionais.

O Edital em nenhum momento trouxe a exigência de comprovação e informação do quantum percebido aos responsáveis técnicos de cada licitante, mesmo porque se trata de uma pauta interna e particular de cada estabelecimento.

Tal fato deve ser fiscalizado por conselho competente, restringindo à Administração qual contrata apenas a verificação da legalidade de sua inscrição naquele, como comprovado às fls. 174 dos respectivos autos.

A matéria portanto não interfere na sua participação e consequente habilitação licitatória, desde que cumpra os requisitos estritamente trazidos em Edital.

CONCLUSÃO

Por conseguinte, este agente de contratação, apreciando as razões e contrarrazões recursais, decide conhecer o recurso interposto, porém, no seu mérito, julgar pelo não provimento no sentido de RATIFICAR o julgamento já proferido CLASSIFICANDO, HABILITANDO E DECLARANDO VENCEDORA a empresa VINÍCIUS NOGUEIRA FABRÍCIO – ME. por atender as exigências editalícias e referida decisão encontrar-se respaldada na Lei Federal 14.133/21.

S.M.J., opina-se pelo prosseguimento do certame, encaminhando-se os autos à Divisão de Compras, Licitações e Gestão de Contratos, para as providências cabíveis.

Birigui, 03 de junho de 2.024.


LUCIANI GOMES MENDONÇA PADOVAN
Agente de Contratação